



Imprensa Alternativa no Brasil: o caso do jornal Opinião¹

Roberta Kelly de Souza BRITO²

Naiana Rodrigues da SILVA³

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza CE

RESUMO

Este artigo propõe-se a discutir o papel da imprensa alternativa no Brasil, a partir do estudo da história do jornal *Opinião*, semanário produzido na década de 70, no contexto da ditadura militar. A avaliação do jornal é feita em cima dos aspectos gráfico-editoriais, dos problemas enfrentados com a censura e da administração conflituosa entre um empresário, Fernando Gasparian, e um jornalista de esquerda, Raimundo Pereira.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa alternativa; Opinião; ditadura militar; censura.

Introdução

A história da imprensa brasileira foi oficialmente iniciada em 1808, a partir da publicação do alternativo *Correio Braziliense*. Produzido em Londres pelo redator Hipólito José da Costa, o jornal discutia a má condução política e o autoritarismo dos portugueses na colônia brasileira, o que, de certa forma, contribuiu para o alcance da independência da Nação, apesar de não ter sido este o objetivo de Hipólito, que almejava apenas um tratamento mais justo para o Brasil.

Durante o Império, os alternativos também estiveram presentes. O mais significativo foi o *Jornal dos Tipógrafos*, fundado em 1858 pela categoria, depois da primeira greve do Brasil. Na Primeira República, ficaram famosos *A Manhã*, do Partido Comunista do Brasil e *A Manha*, do Barão de Itararé, uma paródia do primeiro. *Última Hora*, criado por Samuel Wainer, no segundo governo de Vargas, seria o alternativo de maior sucesso de público na história. O jornal se propunha a contrapor a imprensa conservadora, que queria a deposição do presidente. Porém, seu caráter nacionalista e sua relação ideológica com os grandes grupos financeiros (capitalistas) e com as

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 14 a 16 de junho de 2012.

² Estudante de Graduação do 3º semestre do Curso de Jornalismo da UFC, e-mail: bertasouza.cs@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Professora de Jornalismo da UFC, e-mail: naianarodrigues@gmail.com



tradicionais oligarquias agrárias do país colocaram em contradição sua posição alternativa, a partir de um conceito inverso sobre tal condição de produção. (MARTINS; LUCA, 2008)

Entre 1964 e 1980, período em que o Brasil viveu a ditadura militar, nasceram e morreram cerca de 150 periódicos caracterizados por uma oposição intransigente a esse regime. Cada um contribuiu sistematicamente para o desenrolar da história nacional do ponto de vista político, social e cultural. Segundo Barbalho (2000, p. 29), “Compreender as especificidades do fenômeno na década de 70 e traçar sua história, é perceber naquele momento, entre outras questões, que a intelectualidade e os artistas viviam num imenso contato entre gerações”.

O caso específico do Jornal *Opinião*, considerado por Kucinski (1991) o semanário mais influente de toda a imprensa alternativa dos anos 70, chama atenção pela sua administração contraditória, balanceada por representantes da burguesia nacional e por jornalistas resistentes ao sistema vigente. É nesse sentido que se busca aprofundar os estudos em torno do papel desempenhado por ele enquanto instrumento de oposição ao regime ditatorial brasileiro, destacando desde os aspectos gráficos até a linha editorial que o jornal seguia, do apogeu à crise que o levaria ao fim.

A Imprensa Alternativa na década de 70

Os anos 70 constituíram uma etapa marcante para a imprensa brasileira, considerando o contexto político repressivo a que o país estava submetido por meio da ditadura militar. Iniciada sob o impacto do AI-5, decreto apoiado pelo governo Médici, a década de 70 se caracterizou pelo ápice do autoritarismo, aplicado numa intensa censura aos meios de comunicação e nas formas perversas de repressão realizadas pela OBAN (Operação Bandeirantes) e pelo DOI-CODI (Departamento de Operações de Defesa Interna). Do ponto de vista econômico, o Brasil vivia a farsa do “milagre econômico”, sustentado pela exploração da classe trabalhadora. A fragilidade da economia, no entanto, seria percebida ainda em 1973, com a crise capitalista do petróleo. (BARBALHO, 2000)

Foi nesse contexto que surgiram diversos pólos de resistência social, que encontraram na chamada *imprensa alternativa, de leitor, independente, underground ou nanica*, a coragem para condenar o regime político em que viviam. Segundo Chinem



(1995), o termo *nanica* foi criado a partir de observações do escritor João Antônio em uma crônica n’*O Pasquim*⁴. Para ele, os grandes jornais estavam querendo imitar os nanicos, de formato tabloide. Kucinski (1991) atribuiu o outro termo a Alberto Dines, que aproveitando uma ideia norte-americana, resultante do movimento contracultural dos anos 60, lançou a expressão que viria a se consagrar como *imprensa alternativa*. Para Kucinski (1991, p. 13),

(...) o radical de alternativa contém quatro significados essenciais dessa imprensa: o de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de uma única saída para uma situação difícil e, finalmente, o do desejo das gerações dos anos 60 e 70, de protagonizar as transformações sociais que pregavam.

Enquanto a chamada grande imprensa tomava o rumo da monopolização, beneficiada pelo capital nacional e internacional e fortalecida pelo regime político vigente, a imprensa alternativa criticava os preceitos antinacionais, antipopulares, antirreformistas e não democráticos e se opunha ao monopólio econômico estabelecido a partir da ditadura.

Apesar de todas as limitações, dentre as quais se destacam a censura prévia, as dificuldades econômicas, a falta de publicidade e todos os tipos de pressões, “a verdadeira tarefa de comunicar e relacionar os acontecimentos ocorridos nos círculos de poder, no interior da sociedade civil e entre os movimentos populares coube, efetivamente, à imprensa alternativa e popular”. (FESTA, 1986, p. 16)

Nasce o jornal *Opinião*

O semanário *Opinião* surgiu em outubro de 1972, no apogeu do regime autoritário, sendo bancado pelo empresário Fernando Gasparian e produzido por jornalistas profissionais, dentre os quais merece destaque Raimundo Rodrigues Pereira. Protagonizado por intelectuais e secretamente instruído pelo Comitê Central da Ação Popular (AP), *Opinião* trazia a proposta de um jornalismo crítico e analítico que viria a se chocar diretamente com a censura ideológica imposta pelo Estado.

⁴ Semanário brasileiro editado entre 26 de junho de 1969 e 11 de novembro de 1991. É reconhecido pelo humor e irreverência na crítica ao regime militar.



Raimundo Pereira considerava que, em 1972, não havia mais espaço para o jornalismo crítico praticado por ele e, apesar de seu prestígio profissional com base em atuações em *Amanhã*, *Folha da Tarde*, *Realidade* e *Revista Veja*, o jornalista dizia estar no limite de sua carreira. Até que ele recebeu o convite do empresário Fernando Gasparian, auto-exilado em Oxford, na Inglaterra, para criar um semanário de oposição, por indicação de Bernardo Kucinski, que, na, época também se encontrava em exílio voluntário, em Londres.

Gasparian era dono de uma dúzia de grandes empresas e tinha uma pequena experiência com jornalismo estudantil. Vivia intensamente a política, ao mesmo tempo em que demonstrava admiração e inveja pelos intelectuais notáveis, como Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente do Brasil (1995-2003), e Fernando Pedreira, editor d’*O Estado de São Paulo*, com os quais havia estudado no colegial.

Durante o governo de João Goulart, Gasparian atuou como articulador e porta-voz da burguesia nacional⁵, afastada do poder pelo golpe de 1964. Destituído dos cargos públicos e diante da destruição do setor da burguesia do qual fazia parte, o empresário optou pelo exílio, ficando durante três anos em Oxford. A morte do colega Rubens Paiva, no contexto de repressão do regime militar, inspirou Gasparian a lançar um jornal de oposição no Brasil, aglutinando intelectuais nacionais e do exterior, com o objetivo claro de defender amigos mortos e exilados naquele período. Conforme Kucinski (1991, p. 251), “entre os motivos de Gasparian para propor o projeto *Opinião*, estava justamente o desejo, consciente, de desempenhar um novo papel social, de não ser mais o representante da burguesia nacional”.

Depois de fazer avaliações do perfil do empresário que teria como patrão, o jornalista de esquerda Raimundo Pereira confirmou a aliança proposta, dando início a um jornal que deveria ter um caráter frentista, de acordo com as ideias de Gasparian e da AP, único partido político que teve conhecimento prévio do projeto.

Ambiguidades do projeto

O projeto apresentado por Raimundo Pereira era inspirado no semanário inglês *The Guardian Weekly*, uma seleção semanal impressa em papel bíblia de artigos do *The Guardian*, *Le Monde* e *The New York Times*, que contrastava diretamente com as

⁵ Grupo reduzido de empresários dos setores têxtil, metalúrgico e mineral aliados ao governo populista de João Goulart.



revistas semanais norte-americanas inspiradoras da *Veja*. Para ele, o ideal seria um espaço com pouco lugar para intelectuais não-jornalistas. Gasparian, por sua vez, pensava num veículo de ideias e debates intelectuais, inspirado no semanário inglês *The New Statesman*.

A contribuição de jornais famosos do mundo ocidental provocaria longas discussões na comissão executiva do Comitê Central da AP, que temia uma jogada da social-democracia europeia. No entanto, a partir da apresentação de um relatório detalhado, a AP, nessa época, já unificada ao PCdoB, resolveu apoiar o projeto. Essa relação do jornal com AP-PCdoB constituiu-se secretamente, e foi de encontro aos princípios da imprensa alternativa da época.

Opinião procurava driblar a censura e o aparelho repressivo, apoiado pelos jornais internacionais, visto que qualquer violência praticada contra o jornal teria repercussões no exterior. Como precaução adicional, escreviam e eram entrevistados, nas primeiras edições, nomes de prestígio internacional, tais como Robert Kennedy e Celso Furtado.

O resultado das discussões entre Raimundo Pereira e Gasparian foi um jornal condensado e dividido entre as duas opiniões. Raimundo destacaria em uma entrevista⁶:

Ele (Gasparian) queria um jornal de intelectuais e nós queríamos um jornal de jornalistas. Tivemos a competência de fazer o jornal, de dar conta da tarefa, mas o importante mesmo eram os intelectuais, os grandes nomes que foram trazidos por Fernando Gasparian. Nós, os jornalistas, só ficamos importantes quando a censura começou a cortar tudo, após o número 23. Aí não havia mais os grandes nomes... (KUCINSKI, 1991, p. 255)

A questão da propriedade do jornal também seria motivo de divergências, tendo em vista a rejeição de Gasparian à participação dos jornalistas como sócios. Raimundo tentou várias vezes viabilizar o projeto, mas não conseguiu. Dessa forma, Gasparian identificava-se aos poucos com os grandes proprietários da imprensa, exceto pelo fato de não pagar os salários do mercado, o que também traria conflitos posteriores.

As características gráfico-editoriais

⁶ Entrevista Raimundo Pereira, 5/6/1990

A primeira edição do *Opinião* chegou às bancas no dia 23 de outubro de 1972. Fernando Gasparian acreditava que estava lançando um jornal que iria durar cem anos, sendo este, depois de um investimento inicial, autossustentável por meio das vendas em bancas. Ciro Marcondes Filho, ao se referir às publicações alternativas, destaca que “é no interior do seu público, num trabalho específico com esse público que se pode levantar o capital para o seu funcionamento”. (MARCONDES FILHO, 1989, p. 143 apud BARBALHO, 2000, p. 33). No entanto, o ideal de Gasparian era bastante utópico para a realidade em que estava inserido.

Do ponto de vista gráfico, o projeto previa uma impressão um pouco melhor do que *O Pasquim*, com 24 páginas tabloides, uma diagramação elegante, ilustrado por desenhos e não por fotografias. Os idealizadores pretendiam resgatar os traços do caricaturista e do chargista, produzindo um jornal de leitura fácil e grafismo crítico.



Capas do Jornal *Opinião*

Elaborado por Elifas Andreatto, o projeto gráfico privilegiava a caricatura forte, de conteúdo grotesco, mas em traços finos e elegantes. Apesar de inovadora, tal característica distintiva trazia grandes riscos ao jornal, em virtude da proibição da crítica



personalizada aos superiores hierárquicos pelo regime militar. Em 1975, *Opinião* seria proibido de publicar qualquer caricatura, por mais inofensiva que fosse.

Com relação à linha editorial, crítica desde o início, Raimundo Pereira defendia a não politização, desvinculando o jornal de grupos, movimentos políticos ou igrejinhas. A notícia precisava ser relacionada com outros fatos e interpretada de modo que pudessem ser percebidos todos os interesses presentes na política, na economia, no comportamento social e na cultura da época.

“Opinião funcionou como um canal de comunicação entre intelectuais e jornalistas perseguidos pelo regime militar e seu público, devolvendo o direito de expressão aos pesquisadores e pensadores expurgados das universidades. [O jornal] apresentava protagonistas sociais e cenários até então desconhecidos do grande público, através das seções “Cena brasileira” e “Gente brasileira”. Antecipou-se aos jornais diários na defesa do consumidor e do meio-ambiente. Provocou uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre abusos na comercialização de medicamentos e projetou, em termos nacionais, críticos, escritores e ensaístas”. (CHINEM, 1995, p. 58-59)

Às vezes, eram feitas críticas à sisudez do jornal, à baixa qualidade do papel e à excessiva ênfase em economia, valorizando sempre a visão europeia e norte-americana dos conflitos mundiais, característica adquirida de forma estratégica diante da carência de recursos para coberturas nacionais. No entanto, os defeitos foram considerados bem menores diante dos méritos do jornal. “Opinião derrubou o preconceito do jornalista convencional em relação à imprensa alternativa, vista, até então, como artesanal e dogmática”. (KUCINSKI, 1991, P. 261). Assim, as vendas superaram as expectativas, chegando ao número de 30 mil exemplares em um dia.

AI-5: a imposição da censura

Com base no Ato Institucional nº. 5, editado em 13 de dezembro de 1968, tudo era proibido. Termos como “eleição”, “pleito”, “chapa de oposição” e “dar o resultado nas urnas” eram imediatamente rejeitados pelos militares, independente do contexto em que estavam inseridos. Nem mesmo noticiários sobre a eleição de novos clubes de futebol ou diretorias de Escolas de Samba passavam despercebidos.

As ordens chegavam por telefone ou mesmo pessoalmente através da atuação de agentes civis ou militares, ou ainda, por meio de grupos de oficiais fardados e armados



com metralhadoras, como aconteceu com o jornal *O Estado de S. Paulo*. De acordo com Brant, “não houve semana, mesmo nos períodos da mais dura repressão, em que o regime não fosse alvo de alguma manifestação de repúdio. Basta ver a própria lista das proibições de notícias enviadas aos órgãos de comunicação pela censura federal” (BRANT apud FESTA, 1986, p.13).

Opinião, antes mesmo de ser lançado, já trazia preocupações aos militares. Fernando Gasparian foi chamado pela Polícia Federal, no Rio de Janeiro, e alertado pelo major Braga a fim de evitar problemas. Assim, o princípio adotado por Raimundo Pereira e Gasparian foi o de rejeitar procedimentos de autocensura, optando por editar o jornal cuidadosamente, não dando destaque a matérias delicadas e evitando linguagem chula. Essas características revelam, nas primeiras edições do *Opinião*, a duplicidade em que se vivia, tendo em vista que o limite ao projeto de jornalismo crítico aproximava-o de alguns veículos da grande imprensa complacente.

À medida que crescia o prestígio do jornal, as pressões aumentavam. Segundo Kucinski (1991, p. 262), “a censura era objetivamente necessária ao regime militar, um instrumento normal de ação no conceito de guerra subversiva, que considera o campo do jornalismo como área preferencial de penetração do inimigo interno”. Finalmente, no dia 10 de abril de 1973, o sistema de censura prévia é alterado e, ao invés da censura na redação durante os três dias de fechamento, o jornal deveria submeter todos os originais até às 10 horas da noite na sede da Polícia Federal, para a devolução no dia seguinte.

Além da censura realizada pelo regime militar, *Opinião* sofria ainda com a censura interna, atribuída por colaboradores e correspondentes ao editor do jornal. Paulo Francis e Júlio César Montenegro seriam os primeiros a denunciar a postura autoritária – e considerada ditatorial por Montenegro – de Raimundo Pereira.

Com a imposição da censura prévia a partir da edição número 9, que sairia na primeira semana de janeiro de 1973, o sentimento de missão a cumprir através de um jornalismo engajado na resistência ao regime autoritário, tomou conta dos jornalistas. Dessa forma, em abril de 1973, com o aperto da censura, *Opinião* mudaria de caráter, tornando-se quase que exclusivamente um jornal de resistência. Com o corte dos textos de intelectuais, principal interesse do projeto segundo Gasparian, e das caricaturas de Loredano e Trimano, as vendas cairiam à metade.

A apreensão do número 24 do jornal serviu como prova material da ação dos censores, culminando na prisão de Gasparian, Raimundo Pereira e Tárík de Souza,



editor de cultura. Preocupados com a repercussão da prisão dos jornalistas, os representantes do regime ditatorial em Brasília ordenaram a liberação dos três, proibindo notas sobre o acontecimento.

Apelando para o Supremo Tribunal Federal, Fernando Gasparian, apoiado pelo procurador Adauto Lúcio Cardoso⁷, conseguiu provar a inconstitucionalidade da censura imposta no jornal *Opinião*. No entanto, em 20 de junho de 1973, o presidente Médici baixou um decreto específico que legalizava a censura prévia no jornal, com base no AI-5.

Após esse decreto, e com a aproximação da passagem do poder para os geiselistas – que propunham um relaxamento da censura – *Opinião* sofre um processo de estrangulamento com o claro objetivo de arruinar o jornal, forçar Gasparian a fechá-lo, para que fosse possível suspender a censura prévia no *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde* sem, com isso, beneficiar a imprensa alternativa. Acabar com *Opinião* antes de acabar com a censura. (KUCINSKI, 1991, p.270-271)

Crise, fim e caminhos alternativos

Diante dos problemas que enfrentava *Opinião*, nem mesmo as relações entre os membros constituintes do jornal eram amistosas. O tratamento formal completava uma segregação social e cultural intransponível. O núcleo central do grupo era oriundo da baixa classe média e havia se formado no clima das agitações estudantis dos anos 60, rejeitando os valores da classe média e desprezando as elites, imediatamente figuradas no perfil de Fernando Gasparian.

Nada unia a equipe do *Opinião* e seu dono, exceto a visão da importância histórica do jornal, insuficiente, no entanto, para dirimir totalmente as suspeitas iniciais recíprocas, que tentavam superar mantendo um rígido formalismo. (KUCINSKI, 1991, p. 263)

O arrocho salarial provocado pelas falhas administrativas de Gasparian contribuiria para o afastamento de inúmeros jornalistas, indignados com a precariedade das condições de trabalho. O retorno de alguns como Arlindo Munglioni, da sucursal de São Paulo, só aconteceria após uma cobrança moral da redação.

⁷ Um dos liberais afastados do poder pela ascensão dos integralistas, ex-ministro do Supremo, de onde renunciara em protesto contra um julgamento favorável sobre censura.



Diante das condições em que se encontrava a redação, tendo que trabalhar o dobro para vencer a censura e recebendo salários inaceitáveis para alguns jornalistas, a autonomia tomou conta das produções, o que provocaria mais divergências entre Gasparian e o grupo resistente.

A indicação do general Ernesto Geisel, presidente da Petrobrás na época, também traria desavenças. Gasparian, convencido de que Geisel apostaria numa política nacionalista e acabaria com a censura, chegou a sugerir a publicação de dois anúncios da Petrobrás gratuitamente. No entanto, a equipe do jornal vetou sua indicação, produzindo dois estudos reveladores da personalidade cruel e da incompetência administrativa do general.

Desiludido com *Opinião*, Gasparian compraria, de um grupo de padres católicos, a Editora Paz e Terra, que havia falido e lançaria *Argumento*, uma revista mensal de cultura que atrairia jornalistas afastados de *Opinião*, em virtude da censura e do sectarismo do jornal. Nomes importantes como Érico Veríssimo, Florestan Fernandes e Elifas Andreatto contribuíram para a constituição do projeto. Raimundo ficou de fora por decisão de Gasparian, apesar do seu desejo de fazer parte da equipe. (KUCINSKI, 1991)

Argumento teve vida curta, apesar de obter grande prestígio nos meios intelectuais graças à combinação entre um bom projeto gráfico e a qualidade dos ensaios. A edição de número 3 seria apreendida pela polícia, o que desestimularia Gasparian quanto à falta de autonomia para decidir sobre a publicação.

Em fins de 1973, diante de uma nova crise no jornal *Opinião*, Gasparian propôs a modificação da equipe, indicando a contratação dos amigos Franklin de Oliveira como editor, Fausto Cupertino como redator e Sebastião Nery como redator de uma seção de notas políticas. Inicialmente, o grupo opôs-se às contratações. Finalmente, após penosas discussões, a redação recebeu os novos colegas.

O choque que levaria à ruptura entre a equipe de Raimundo Pereira e Gasparian deu-se nas eleições parlamentares de 1974. O partido MDB elegeu 16 das 22 cadeiras do Senado e dobrou sua participação na Câmara. Tal resultado confirmaria a importância de *Opinião*, tendo em vista a semelhança dos seus argumentos com os utilizados na campanha do MDB. No entanto, a redação tinha uma posição controversa. Ao mesmo tempo em que elogiava o grupo autêntico do MDB, criticava os moderados. Diante dessa situação, o projeto do jornal passaria por um processo de alienação, visto



que ele acabava transmitindo uma visão irreal do processo político em curso, além de assumir uma orientação partidária, característica incompatível com as propostas da imprensa alternativa.

O estopim se deu com as críticas feitas ao deputado mineiro Marcos Tito, eleito com o apoio dos autênticos. Gasparian irritou-se com a reportagem que chamou seu amigo parlamentar de adesista e, a partir desse incidente, os dois grupos passaram a discutir o rompimento. “A ruptura de *Opinião* pode ser descrita como a provocada por uma tensão entre um socialismo utópico, alimentado pelos jornalistas, e um capitalismo real, que era o que o relativamente empobrecido e perseguido pela ditadura Gasparian podia praticar”. (MARTINS; LUCA, 2008, p. 242)

Raimundo Pereira já se dedicava ao projeto de um jornal de jornalistas, sem proprietários, e orientava as discussões em torno do apoio da redação e dos leitores ao novo jornal. O acordo final previa o apoio de Gasparian ao novo projeto em troca da cordialidade da equipe de redação, que não o atacaria nem iria à Justiça do Trabalho.

Assim, na edição de número 122, em 7 de março de 1975, foi divulgado o nome do novo editor, Argemiro Ferreira, atribuindo a saída de Raimundo e de sua equipe a divergências, e desejando sucesso ao novo jornal.

Opinião ainda viveu por mais dois anos e dois meses. Mas Gasparian vivia uma grande agonia diante de uma redação rebelde e uma censura implacável. Tentou, novamente e sem sucesso, em junho de 1975, lançar um novo veículo, o *Cadernos de Opinião*. Enquanto isso, Raimundo Pereira alavancava o projeto do *Movimento*, apoiado por estudantes e ativistas políticos, para os quais Gasparian passou a ser o vilão e o PC um partido atrasado. (KUCINSKI, 1991)

A edição 230 do jornal *Opinião* desobedeceria aos cortes feitos pelos censores e seria impressa em uma gráfica não-habitual. Essa postura resultaria na proibição da circulação do jornal. Gasparian ainda tentou reestruturar o jornal, formar uma nova equipe, mas não conseguiu respaldo. Assim, em abril de 1977, findou o jornal que deveria ter durado 100 anos, contabilizando prejuízos da ordem de três milhões de cruzeiros.

Considerações Finais



A história do jornalismo brasileiro está diretamente ligada ao surgimento da imprensa alternativa. A necessidade de desmistificação e denúncia da realidade, propondo soluções viáveis do ponto de vista político, social e cultural caracteriza o principal anseio dessa produção jornalística, que ganha destaque a partir dos anos 70.

Durante esse período, muitos jornalistas tiveram um discurso libertário, mas poucos assumiram para si a responsabilidade da informação. Tal situação era reflexo da censura e da repressão imposta pela ditadura militar, que provocou torturas e mortes de inúmeras pessoas que buscavam contradizer os princípios básicos do governo.

O jornal *Opinião*, sufocado pela censura desde sua primeira edição, foi o resultado de uma parceria conturbada entre um empresário e um jornalista de esquerda, que movidos pelo mesmo ideal de liberdade, insistiram numa produção por vezes controversa. Aos poucos, a descaracterização do jornal como um veículo não partidário limitou um projeto que desde o princípio primava pela condição alternativa.

As diferenças perceptíveis entre o dono, Fernando Gasparian, e o editor, Raimundo Pereira, seguido do grupo de jornalistas revolucionários, foram decisivas para o definhamento do jornal, tendo em vista o papel que cada um desempenhava na sociedade. Além dos problemas enfrentados no contexto político externo a redação, a própria administração trouxe os motivos que conduziram o jornal ao seu fim.

É inegável a importância atribuída aos jornais de oposição à ditadura. Por menores que fossem as denúncias feitas por eles, em virtude da censura prévia a que eram submetidos, a intenção de mudança acalentava o sonho daqueles que acreditavam na efetivação da liberdade. Assim, *Opinião*, apesar de todas as dificuldades, teve um papel fundamental na conquista dessa liberdade de expressão, estando ele entre os jornais de destaque pela resistência atuante até sua última publicação.

Estudar a dinâmica que regia a produção jornalística brasileira, naquele período, é de fundamental importância para entender os conflitos vivenciados na atualidade por alguns países que estão sob o regime ditatorial. A partir da análise de casos como o do jornal *Opinião*, fortifica-se a ideia de uma imprensa compromissada com o bem-estar social e não limitada aos moldes comerciais e governamentais.

Assim, pode-se concluir que além da denúncia de uma realidade oculta, os jornais alternativos caracterizam-se, necessariamente, pela efetiva contribuição no conceito de sociedade livre, sendo, portanto, grandes incentivadores da transformação social.



REFERÊNCIAS

BARBALHO, Alexandre. **Cultura e imprensa alternativa**: a revista de cultura *O Saco*. Fortaleza: Ed. UECE, 2000.

CHINEM, Rivaldo. **Imprensa Alternativa**: Jornalismo de oposição e inovação. São Paulo: Ed. Ática, 1995.

FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da. (Orgs.). **Comunicação Popular e Alternativa no Brasil**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1986.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários**: Nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Ed. Página Aberta Ltda., 1991.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.